

---

## ESCRITA COMO TECNOLOGIA E PRÁTICA SOCIAL

---

**Glícia Azevedo Tinoco<sup>1</sup>**

Quando penso em ciências e tecnologia, penso em modernidade. Por causa da tecnologia, podemos aprender muita coisa na internet, além de conversar com pessoas nas redes sociais... Foi isso que me trouxe para cá e é por isso que eu não entendo por que tenho de fazer PLE. Eu já demonstrei que sei ler e escrever quando passei no Enem. Agora, quero aprender a dominar a ciência e a tecnologia. Não preciso de PLE.

Trecho de entrevista de graduando do Bacharelado em Ciências e Tecnologia/UFRN.

Em um país de extensão continental com problemas sociais tão sérios feito o Brasil, ser egresso de escola pública e chegar à universidade federal representa uma conquista que, em geral, não é de indivíduos isoladamente, mas de famílias, grupos, comunidades. Porém, o que respaldaria a fala de um estudante que venceu tantas lutas para se tornar graduando do Bacharelado em Ciências e Tecnologia (BCT), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que afirma ter interesse por tecnologia, mas não vê necessidade em aprender mais sobre Práticas de Leitura e Escrita (PLE)? Que concepções subjazem dessa fala e como nós, professores empenhados em desenvolver um ensino de linguagens culturalmente sensível, podemos reagir a ela? A epígrafe deste ensaio nos provoca a refletir sobre essas questões e, para tanto, vamos nos ater a alguns pontos que nos parecem cruciais.

Em primeiro lugar, precisamos ter clareza de que o ser humano é um ser falante, não necessariamente escrevente. Com efeito, a existência de sociedades ágrafas, em pleno século XXI, e a enorme quantidade de pessoas que não dominam a escrita, embora envoltas em um mundo cada vez mais grafocêntrico, demonstram que a escrita não é condição de sobrevivência. No entanto, nas sociedades em que há mais credibilidade no atestado de óbito do que na pessoa viva que precisa provar que teve o nome envolvido em um ato infracional de produção de documento de óbito falso, a escrita é fundamental para que se exerça plenamente a cidadania, ou

---

<sup>1</sup> Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas.

seja, para que o indivíduo se torne mais atuante socialmente e exerça essa atuação com mais autonomia.

E por que é assim? Poderíamos responder que *verba volant, scripta manent*. Traduzindo do latim, teríamos algo do tipo: as palavras voam, mas a escrita permanece. Essa afirmação ancora-se na ideia de que a escrita atravessa o tempo e o espaço, mas a fala é efêmera e, assim, não deixa rastros. Isso foi verdade durante séculos. Há algumas décadas, porém, a fala também alcançou a propriedade da permanência. Para tanto, basta usar um gravador de curto ou de longo alcance ou até mesmo um celular de modelo simples para registrar a fala e usá-la como “prova do dito” posteriormente. No caso dos *smartphones*, os sistemas operacionais já disponibilizam aplicativos (*Dragon Dictation* ou *Speech to Text Notepad*, por exemplo) que podem não apenas gravar, mas converter áudio em texto escrito. Definitivamente, não é por oposição à fala que a escrita reivindica poder.

Chegamos, então, ao segundo ponto de destaque: na história da humanidade, a escrita é, possivelmente, a mais importante TECNOLOGIA já inventada pelo ser humano. Nos últimos 5 mil anos, ela vem se aperfeiçoando continuamente e favorecendo a invenção de muitas outras tecnologias mundo afora, inclusive computador, internet, e-mail, rede social, *smartphone*, aplicativo... É bem possível, então, que a falta de clareza quanto a essa contínua construção de artefatos tecnológicos seja uma das causas de o citado graduando desvincular “tecnologia” de PLE.

Diante dessa situação, cabe ao professor eleger a história da escrita como tecnologia e prática social como um objeto de suas aulas. Porém, em vez de o docente preparar aulas expositivas, o desenvolvimento de um projeto de letramento<sup>2</sup> (KLEIMAN, 2006), articulado entre diferentes grupos de graduandos sob a orientação do professor e até de agentes externos à sala de aula, pode gerar o compartilhamento de produtos muito interessantes para a unidade acadêmica a que esses graduandos estejam vinculados e para além dela. E isso pode ser feito porque, para pesquisar sobre a história da humanidade, podemos contribuir com

---

<sup>2</sup> De acordo com Kleiman (2000, p. 238), um projeto de letramento representa “Prática social em que a escrita é utilizada para atingir algum outro fim, que vai além da mera aprendizagem [...] dos aspectos formais apenas”. Nesse tipo de projeto, as práticas de leitura e escrita são desenvolvidas “[...] para compreender [...] aquilo que for relevante para o desenvolvimento e a realização do projeto”. A essa definição, acrescentamos que os projetos de letramento compõem metodologias ativas que se coadunam com os propósitos de um ensino de linguagens culturalmente sensível.

essa construção e compartilhá-la por meio de diferentes ferramentas digitais<sup>3</sup>. Ora, não é exatamente por causa da tecnologia que o graduando diz ter escolhido o BCT? Muito bem!

Para o bom desenvolvimento desse projeto que pode passar a ser visto como de “multiletramentos”, é preciso nos voltarmos, mais uma vez, para a epígrafe deste ensaio, a fim de tratar de dois equívocos conceituais que dela subjazem.

O primeiro é o de que o construto “tecnologia” está associado a produtos e processos que passaram a existir no século XX: o computador e a internet, por exemplo. Ocorre que, sendo tecnologia um termo que envolve técnicas, produtos, processos, métodos, meios utilizados para intervir em diferentes domínios da atividade humana, podemos afirmar que o arado (cuja invenção é estimada há cerca de 4.500 anos antes de Cristo!) é uma tecnologia marcante na história da humanidade. Foi o arado que proporcionou o desenvolvimento da agricultura e, conseqüentemente, reduziu a necessidade do nomadismo, e isso favoreceu o surgimento das primeiras vilas... Do arado aos *smartphones* ou aos robôs autônomos letais quantos séculos há de tecnologia? Muitos.

O segundo equívoco é o de considerar a leitura e a escrita como atividades escolares, próprias da educação básica. Nessa linha de raciocínio, uma vez avaliadas no ENEM, sistema que dá acesso à UFRN, não há razão por que os graduandos passem por novas demonstrações de domínio da leitura e da escrita. Ledo engano, meu jovem. Se o seu desejo é “dominar a ciência e a tecnologia”, muitas habilidades associadas à leitura e à escrita, vistas como tecnologia e prática social, precisarão ser desenvolvidas e demonstradas por você tanto na vida acadêmica quanto por todo o seu exercício laboral. Aliás, um grande diferencial de profissionais da área de C&T é justamente a desenvoltura para formalizar suas ideias em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI). Escrever bem não é competência necessária apenas para quem segue cursos da área de humanas. E nem pense em mudar de área. Não há como escapar. Estamos mesmo mergulhados em um mundo de leitura e de escrita.

Mas por que esse universitário pensa que escrita se restringe a atividades escolares? De onde vem essa ideia? Possivelmente, vem das escolas por onde ele

---

<sup>3</sup> Para exemplificar o trabalho de PLE com diferentes ferramentas digitais, sugerimos a leitura de Tinoco; Correia, 2022. Disponível em <https://www.pimentacultural.com/livro/multiletramentos-projetos>. Acesso em 14/nov./2022.

passou. Na maioria das instituições brasileiras de ensino, perdura a concepção de escrita como código a ser assimilado e de leitura como processo de decodificação. É lamentável, mas o problema não é de um universitário mal-informado. É muito mais sério: é de formação (inicial e continuada) de professores de línguas e, mais especificamente, de formação para o ensino de escrita na educação básica.

Conflita frontalmente com essa perspectiva reducionista o conceito de letramento que, há mais de trinta anos, começou a circular no meio acadêmico brasileiro (KATO, 1986). Esse conceito que toma a leitura e a escrita como práticas sociais vem sendo trabalhado por alguns pesquisadores, especialmente da Linguística Aplicada e da Educação, visando ao estabelecimento de diferentes relações. Entre elas, a que mais nos interessa é entre letramento e ensino (TFOUNI, 1988 e 1995; KLEIMAN, 1995; ROJO, 1998; SOARES, 1998; TINOCO, 2008).

A nosso ver, a maior contribuição que o conceito de letramento oferece ao ensino da leitura e da escrita é o de associá-las a “[...] práticas sociais cujos modos específicos de funcionamento têm implicações importantes para as formas pelas quais os sujeitos envolvidos nessas práticas constroem relações de identidade e de poder” (KLEIMAN, 1995, p. 11). Essa associação liberta a leitura e a escrita da ideia de (de)codificação, acrescentando-lhes outras propriedades, inclusive a de ser uma tecnologia de poder para intervir nas relações sociais.

E por que isso é possível? Deve estar se perguntando o jovem graduando do BCT. Porque a escrita pressupõe um código, sim, mas não se reduz a isso. A escrita obedece a uma organização específica que depende da situação de comunicação a que se vincula. O texto escrito, por sua vez, não demonstra apenas o domínio do código (ortografia é a parte mais visível de todas), mas o domínio (ou a falta de) competências discursivo-enunciativas e linguístico-textuais do escrevente. Além disso, não podemos deixar de frisar que a escrita sempre exerceu certa magia nas pessoas de todas as épocas. Basta lembrar de textos sagrados, cartas de amor, livros proibidos (e queimados em nome da “ordem” social) e até duelos travados pela internet por pessoas que, presencialmente, parecem comedidas e, resguardadas em casa e de frente ao computador, tornam-se *haters*. Tudo isso (e muito mais) só é possível por causa da escrita como tecnologia e prática social.

De fato, sendo a possibilidade e a necessidade de comunicação a marca de maior distinção entre os seres humanos e os outros seres, esforços são destinados, desde a pré-história até o presente momento e bem além do futuro que chegaremos

a ver, para a organização de sistemas que possibilitem a comunicação, seja através de gestos ou de oralidade, seja em comunicação presencial ou virtual, seja através de desenhos, marcas e sinais, emoticons... Desde o início da história da escrita, essa construção vem se fazendo continuamente.

No entanto, é enganoso pensar que a história da escrita ocorreu de forma natural, como se escrever fosse tão inerente ao ser humano quanto andar sobre os membros inferiores. Na verdade, toda a história da escrita é consequência de exigências da organização social que foi sendo construída por homens e mulheres: seres falantes, gregários e culturais.

Centenas de anos foram-se sucedendo para que o ser humano pudesse perceber o poder que tinha sobre a natureza e o potencial de transformá-la em benefício de sua sobrevivência. Assim, a necessidade de fazer marcas (em árvores, em pedras, em papiro ou em outro suporte qualquer) com objetivos mnemônicos e comunicativos foi um instrumento utilizado para controlar a quantidade de animais ou de produtos cultivados, especificar tipos de rebanhos, entre outras funções sociais importantes. Em outras palavras, a escrita nasce em função de atividades de sobrevivência humana. E não nasce única. A necessidade de comunicação não presencial levou diferentes povos (antigos sumérios, chineses, egípcios, gregos, árabes) a desenvolver sistemas de escrita que respondessem a suas necessidades específicas (JEAN, 2008).

Na Idade Média, por exemplo, monges copistas foram os grandes responsáveis pela propagação e manutenção do saber escrito. Dedicavam a vida inteira a reproduzir textos sagrados e alguns livros eram expressamente proibidos. Umberto Eco (1980) reconstrói essas cenas com particular esmero em um enredo que gira em torno das investigações de uma série de crimes misteriosos, cometidos dentro de uma abadia medieval na Itália por volta do ano de 1327. Um frade franciscano resolve investigar as causas do crime e descobre que estão ligadas à manutenção de uma biblioteca em que monges trabalham, em segredo, com obras apócrifas, não aceitas pela igreja cristã da Idade Média. Devido a esses exercícios de escrita proibida, mata-se e morre-se.

O poder dos monges copistas marca a história da escrita, mas eles não podem ser elogiados pela democratização desse saber. As bibliotecas medievais ficavam fechadas nos mosteiros e os livros eram objetos inacessíveis ao povo. De qualquer modo, à época, homens e mulheres “comuns” eram analfabetos, sendo-lhes vedado

esse conhecimento. Por quê? Porque saber ler e escrever pode ser perigoso. Pode ameaçar o poder de quem quer dominar um grupo, mantendo-o subserviente.

Um primeiro gesto de democratização relativa da escrita pode ser atribuído a um alemão bastante aficionado por tecnologia: Johannes Gutenberg. A cópia manuscrita, feita pelos monges, não estava a salvo de erros e restringia muito a circulação de textos; em sendo assim, a invenção da prensa móvel, por Gutenberg, por volta do ano de 1450, representou um avanço sem precedentes na difusão do saber e da escrita. Enquanto os livros iam sendo impressos pelo método de Gutenberg, os indivíduos de classes mais abastadas (e por isso alfabetizados) se comunicavam por escrito com penas de aves. Temos aí uma tecnologia mais arcaica coexistindo com outra, revolucionária.

No final do século XVIII, é inventado um artefato de metal, que também recebe o nome de "pena", acompanhado do tinteiro. Com o tempo, esse aparato tecnológico evoluiu para a caneta-tinteiro e, cerca de um século depois, para a caneta esferográfica. A evolução desses aparatos tecnológicos responde à ampliação das funções sociais da escrita. Maior necessidade de escrever requer mudanças de suporte e de acessórios, a fim de agilizar as práticas sociais mediadas pela escrita.

No século XIX, dá-se a invenção da máquina de escrever, que passa por sucessivas transformações, ao longo dos anos, chegando ao computador pessoal e culminando nos atuais "notebooks" e em outros artefatos ainda mais compactos, tais como *tablets*, *smarthphones*, *IPhones*... Quanto texto escrito há por trás de cada uma dessas invenções tecnológicas? E quantos outros tantos terão de ser lidos e escritos, considerando as múltiplas práticas sociais em que nos envolvemos – todos os dias – no desempenho de diferentes papéis sociais?

É essa a perspectiva com a qual trabalhamos em PLE. Se nós e nossos alunos nos deparamos com uma situação-problema no âmbito da universidade (ou em outra esfera de atividade), analisamos as variáveis da situação, lemos textos que foram produzidos e publicados sobre ela e desenvolvemos COM os alunos (e não "por" eles) textos escritos de diferentes gêneros discursivos para agir sobre a situação e tentar intervir nela, a fim de encontrar uma solução para o (ou, ao menos, a minimização do) problema. Para isso, os textos escritos passam por versões, ou seja, são reescritos até chegarmos a uma versão "endereçável" a quem de direito possa nos ajudar a intervir.

Essa proposta de trabalho deriva dos estudos de letramento de vertente sociocultural e oferece ao ensino de escrita o retorno do seu papel fundamental: ser uma tecnologia poderosa para agir no (e sobre o) mundo, alterando situações e provocando mudanças sociais.

Com essa reflexão, queremos mostrar que ler e escrever não são apenas atividades que se restringem à ação entre professores e estudantes, cerceada pelas paredes da sala de aula. Tampouco devem ser vistas como atividades que se valem por si sós e se destinam unicamente à avaliação do professor.

Assim como há séculos, hoje, em plena era dos computadores e da popularização da internet, escrever continua sendo uma realização humana que, se não é essencial para a sobrevivência, torna nossas experiências no mundo muito mais ricas. Cabe ressaltar, outrossim, que a escrita se concretiza por meios de diferentes gêneros discursivos condicionados a variáveis de distintas situações comunicativas. Faz-se necessário, portanto, compreender que “escrita” e “leitura” são processos indissociáveis e em evolução contínua. Trata-se de práticas sociais a serem desenvolvidas durante a vida inteira. E quem sabe até depois da vida... Não à toa, aprendemos que, lá no céu, São Pedro nos espera com o livro da nossa vida aberto. O que andamos escrevendo nesse livro? Bem, isso é mote para outro ensaio...

À guisa de conclusão: da escrita cuneiforme ao alfabeto, da tipografia aos mais sofisticados editores de texto dos mais complexos computadores do novo milênio, escrever sempre foi (e defendemos que sempre será) uma grande realização humana. A escrita é, portanto, uma valiosa tecnologia que vem ensejando a criação de outras tantas tecnologias. A escrita é também uma prática social que regula a sociedade em que vivemos. Portanto, aos que pretendem dominar a ciência e a tecnologia, um conselho: #PartiuAuladePLE!

## Referências

ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Tradução Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Record, 1980.

JEAN, Georges. **A escrita**: memória dos homens. Tradução de Lidia da Motta Amaral. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2008.

KATO, Mary. **No mundo da escrita**: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1986.

KLEIMAN, Angela (Org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

KLEIMAN, Angela. O processo de aculturação pela escrita: ensino de forma ou aprendizagem da função? In: KLEIMAN, Angela. B.; SIGNORINI, Inês (Org.). **O ensino e a formação do professor**: alfabetização de jovens e adultos. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 223-243.

ROJO, Roxane. **Alfabetização e letramento**: perspectivas linguísticas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. Coleção Letramento, Educação e Sociedade.

TFOUNI, Leda V. **Adultos não alfabetizados**. O avesso do avesso. São Paulo: Pontes, 1988.

TFOUNI, Leda V. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.

TINOCO, Glícia A. **Projetos de letramento**: ação de formação de professores de língua materna. 2008. 254f. (Doutorado em Estudos da Linguagem). Instituto de Estudos da linguagem. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2008.

TINOCO, Glícia A. CORREIA, João Pedro. Reinvenção do ser/estar e do ensinar/aprender em tempos de pandemia. In: **Multiletramentos e o trabalho com projetos**: (trans)formando a aprendizagem. Dorotea Frank Kersch, Ana Patrícia Sá Martins, Gabriela Krause dos Santos (Org.). São Paulo: Pimenta Cultural, 2022, p. 84 – 96. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/livro/multiletramentos-projetos>. Acesso em 14/nov./2022.